

Introdução

O presente número temático da revista electrónica *e-cadernos ces*, intitulado “Outras Áfricas – Heterogeneidades, (des)continuidades, expressões locais” surge na sequência de um curso de formação avançada com o mesmo título, que teve lugar no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em 11 e 12 Março de 2011.

Constituído por um conjunto de seminários sobre temas diversos – da antropologia à literatura e ao teatro, passando pela política, a religião e as diásporas –, o objectivo do curso foi o mesmo do número dos *e-cadernos ces* que agora publicamos: reunir um conjunto de reflexões dedicadas às muitas Áfricas que não a “lusófona” (aquela que a investigação científica no contexto português maioritariamente contempla), procurando, de um modo transdisciplinar, não só debater múltiplas perspectivas de reflexão sobre as Áfricas, como também colocar em discussão o seccionamento epistemológico (ainda dominante) dos estudos africanos segundo as áreas de influência neocolonial e as eventuais distorções essencialistas que estes possam produzir.

O descentramento geográfico em relação aos contextos que a investigação científica no contexto português maioritariamente contempla é o ponto de partida para dar visibilidade às heterogeneidades de um continente que o imperialismo do Norte, e a ciência ao seu serviço, ora essencializa como um só – *A África* –, ora, no período pós-colonial, continua a cartografar de acordo com as respectivas expotências colonizadoras, sob a retórica das línguas e culturas “partilhadas” – lusofonia, francofonia, anglofonia –, ora, ainda, aborda epistemologicamente segundo modos, estruturas e categorias de produção e organização do conhecimento do Norte. Frequentemente, estes continuam a representar uma apropriação neocolonial, em particular quando esta abordagem legítima, entre outros, os discursos político, económico e humanitário, ou os princípios por que se rege o direito internacional ou a chamada “ajuda ao desenvolvimento”.

O descentramento relativo à lusofonia pretende ainda provocar outros deslocamentos e multiplicações nas perspectivas de reflexão sobre as Áfricas na

pós-colonialidade. Em discussão estará, em primeiro lugar, a percepção/construção/incorporação do continente pelo saber ocidental e pelas narrativas dominantes no Norte, bem como o seccionamento epistemológico prevaemente nos estudos africanos segundo as áreas de influência herdadas de relações coloniais. Interrogar-se-ão as eventuais distorções essencialistas que estes estudos, assim organizados, possam produzir, propondo alternativas para o pensamento teórico, a investigação empírica e a acção prática, nomeadamente através da análise de dinâmicas locais de resistência e da validade e/ou falência de modos e casos de tradução cultural.

Neste sentido, o primeiro artigo deste número, da autoria de Clemens Zobel e intitulado “On the Pre-conditions of Beginning a Discourse on Matters in Africa”, debate exactamente os pressupostos teóricos e epistemológicos para a discussão de questões relativas ao continente africano. A partir da análise de uma ideia de África (Mudimbe) construída por diferentes áreas do conhecimento ao longo do tempo, e na qual são determinantes, em particular, as relações de poder colonial e pós-colonial, e destacando momentos históricos e perspectivas fundamentais da construção da África como objecto epistémico, Zobel interroga o “saber” e o discurso corrente sobre as “realidades africanas”. Esta é, aliás, uma expressão já de si homogeneizante ou essencializante, que cria o seu próprio referente, invisibilizando outros, ou colocando-os, como sugere Boaventura de Sousa Santos, do outro lado de uma linha abissal. Zobel reflecte também sobre o modo de produção dessas formas de pensar e dizer as realidades africanas ao longo do tempo, e a forma como os respectivos discursos são resultado e instrumento de relações de poder que podem reproduzir-se, ou se reproduzem, nas análises contemporâneas. Afirmando o imperativo da descolonização do saber, o autor apresenta ainda algumas propostas metodológicas neste sentido.

Por sua vez, Albert Farré, no artigo intitulado “El Estado y las autoridades tradicionales entre los lúo y los kipsigi de Kenia occidental”, coloca igualmente em causa conceitos e metodologias de apreensão das realidades do continente africano, datadas do período colonial e moldadas por categorias ocidentais, os quais perduram na compreensão actual de formas diferentes de organização política. Através de um estudo de caso focalizado sobre duas etnias do actual Quénia, Farré demonstra as limitações da intelectualidade colonial que, tal como sustenta Zobel, tornaram invisíveis ou silenciaram a diversidade, a heterogeneidade e a flexibilidade de tantas “outras Áfricas”. Farré questiona não só o edifício conceptual erguido sobre pilares essencialistas e homogeneizantes como ‘tradição’, ‘tribo’ e ‘história oral’, por oposição ao projecto modernizador que o colonialismo representaria, assim

invisibilizando as instituições, os valores e as narrativas dos/as africanos/as. À semelhança de Zobel, Farré demonstra as relações estreitas entre uma epistemologia construída no período colonial e a dominação política, relações que se prolongam na era pós-colonial.

Para Paula Morgado, o acento da abordagem das realidades económicas de uma África plural, heterogénea e com lógicas diversas e próprias deve igualmente ser colocado nas limitações epistemológicas de conceitos do Norte que são impostos às realidades do continente africano, os quais revelam, novamente, uma linha abissal que um conhecimento assim estruturado não somente não consegue transpor, como constrói activamente através das grandes instituições financeiras internacionais e da ajuda externa. No seu artigo intitulado “Estratégias de sobrevivência Songhay-Zarma (Níger): trajectórias económicas de uma outra modernidade”, Morgado demonstra uma compreensão outra dos conceitos de formalidade e informalidade na economia, por parte de uma das etnias dominantes do Níger. Morgado frisa particularmente o modo como a invisibilidade das estratégias de sobrevivência económica desenvolvidas por estes grupos populacionais, múltiplas e de uma flexibilidade assinalável, tem consequências na má formulação de estratégias políticas e económicas impostas do exterior, como os Planos de Ajustamento Estrutural e a ajuda ao desenvolvimento.

Os três últimos artigos deste número, todos eles dedicados a expressões diversas das literaturas de África – a lírica de poetas nigerianos, o teatro de dramaturgos da África equatorial, ou a narrativa de mulheres francófonas e anglófonas –, situam-se na linha dos textos anteriores, uma vez que sublinham igualmente a necessidade de uma descolonização do saber que permita a apreensão de modos diversos da criação e da expressão literária, os quais dificilmente, ou só com alterações substanciais, podem ser apreendidos a partir de paradigmas epistemológicos do Norte, sejam eles teorias formalistas sobre a poesia, como o modelo Bakthiniano (Egya), o conceito de trágico de origem grega (Schurmans), ou, indo para além do estritamente literário, conceitos de feminismo e modos de “ser mulher” moldados sobre a classe média ocidental (Martins).

Assim, no artigo “Poetry as Dialogue: A reading of recent Anglophone Nigerian poetry”, Sule Emmanuel Egya, embora reconheça as limitações contestadas, mesmo no quadro dos estudos literários do Norte, das concepções “solipsistas” de Bakhtin relativas à lírica, por oposição à heteroglossia do drama ou da narrativa, sublinha aspectos como a polifonia característica da poesia africana, nomeadamente da tradição oral, que resulta da desvalorização ou mesmo do desaparecimento de uma ideia de autor, um conceito de criação que se desenvolve

sobretudo numa intertextualidade materializada na interpretação ou na performance que repete e prolonga o texto (oral) de outrem, e um dialogismo que pressupõe a invocação de um destinatário e a presença de um público. Em particular, Egya aborda a poesia nigeriana contemporânea, verificando um reforço da sua dimensão dialógica à medida que os autores líricos, assumidamente empenhados, concebem as suas criações como arma na arena política, num contexto de uma Nigéria marcada pela ditadura desde a guerra civil, em que o próprio ofício de poeta comporta sérios riscos políticos. A polifonia da lírica, neste caso, permite ao poeta assumir-se como voz intermediária num diálogo que põe em causa o poder, interpelando-o directamente de modo fortemente crítico, ou enunciando a vontade democrática do povo.

As realidades políticas da contemporaneidade de alguns países africanos e os modos da sua expressão literária são também o objecto de problematização de Fabrice Schurmans, no artigo “O trágico do Estado pós-colonial. Sony Labou Tansi e Pius Ngandu Nkashama”. Partindo do trágico, enquanto conceito de origem ocidental que sofreu múltiplas metamorfoses, em diversos contextos culturais e históricos, o autor interroga-se acerca da pertinência deste modelo heurístico para a compreensão da dramaturgia de dois autores da África equatorial, não no sentido da imposição de um paradigma da criação literária e dos estudos literários do Norte, mas a partir de uma relação voluntariamente estabelecida pelos dramaturgos africanos com um modo estético de representação de questões que, partindo embora de contextos sociais, políticos e culturais específicos, os transcendem, na medida em que procuram problematizar a própria condição humana. Para o autor, a análise da representação literária do Estado pós-colonial – tendo rigorosamente em conta a sua dimensão estética e retórica, mas articulando-a com conceitos e metodologias da filosofia, da história e da geopolítica –, permite não somente discernir contornos do Estado pós-colonial na sua relação com o indivíduo, nomeadamente enquanto poder invisível que o aprisiona e se manifesta através de diversos tipos de violência (guerra civil, ditadura, ingerência estrangeira, conflito étnico, etc.), mas também demonstrar a fertilidade e a operatividade da transdisciplinaridade na apreensão de realidades que, elas próprias, atravessam diversos domínios da vivência humana.

Finalmente, o artigo de Catarina Martins, intitulado ““La Noire de...” tem nome e tem voz. A narrativa de mulheres africanas anglófonas e francófonas para lá da Mãe África, dos nacionalismos anticoloniais e de outras ocupações”, desenha um panorama da narrativa de mulheres africanas anglófonas e francófonas, a partir de obras que marcaram o percurso da escrita feminina no continente africano não

lusófono, desde os anos 50 até à actualidade. A autora interroga, por um lado, o instrumentário metodológico e epistemológico da teoria pós-colonial, na des/construção de uma ideia de africanidade e de um cânone da literatura africana no qual a literatura de mulheres está praticamente ausente; por outro lado, Martins questiona a teoria feminista e a sua in/versatilidade na abordagem das realidades, vivências e expressões literárias das mulheres de África. Em foco está, sobretudo, a persistência destas escritoras, ao longo de cinco décadas, no combate pela inclusão das mulheres nas respectivas narrativas nacionais, operando um acto de descolonização quer em relação à cultura colonizadora, quer em relação ao patriarcado internacional e africano, quer a uma cidadania definida no masculino no período pós-independências, inclusivamente na construção de uma história literária para os países africanos que marginaliza as mulheres. O mesmo se aplica ainda aos feminismos ocidentais, ora homogeneizantes em torno de uma noção supostamente universal de Mulher, ora paternalistas com base numa determinada construção da ideia de África ou da mulher do Terceiro Mundo que corresponde, na realidade, a um estabelecimento de hierarquias. Nesta perspectiva, a autora interroga também os paradoxos da reacção das diferentes escritoras àquilo que entendem ser o(s) feminismo(s) do Norte.

Acreditamos que este pequeno conjunto de artigos, oriundo de diversas disciplinas e apontando para perspectivas diferentes, pode constituir uma amostra de reflexões e caminhos possíveis para a abordagem, por parte das ciências sociais e humanas, das realidades plurais de outras Áfricas invisibilizadas por aquela África que julgamos conhecer, ou daquela África lusófona com a qual pensamos ter uma relação privilegiada, entre outros, no campo do saber. Manter, nos estudos africanos, um seccionamento disciplinar, metodológico, geográfico e linguístico-cultural de raiz colonial, corresponde à criação de linhas abissais que invisibilizam práticas e fenómenos somente compreensíveis a partir de abordagens que transcendam estas múltiplas barreiras. Estas práticas devem operar na fronteira e no diálogo, sem dúvida com recurso a estratégias comparativas e através da prática de uma tradução cultural com potencial transformativo que implica, como pressuposto, a descolonização do saber, a descolonização do olhar, a descolonização da voz, e a abertura de espaço, no contexto académico do Norte, para epistemologias contra-hegemónicas, do Sul, ou neste caso específico, de Outras Áfricas.

Catarina Martins